

QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 09.017.802/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

remanescente, ou pelo prazo do contrato, o que for menor. As taxas médias de depreciação dos ativos são calculadas usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil média estimada dos bens, como segue:

• Edifícios e benfeitorias	6,15%
• Máquinas, equipamentos e instalações	6,91%
• Móveis e utensílios	12,95%
• Equipamentos de informática	32,68%
• Equipamentos de laboratórios e de segurança	15,45%
• Outros	19,55%

2.7. Ativo intangível: Os grupos de contas que compõe o ativo intangível são os seguintes: **(a) Ágio:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio apurado na aquisição de controladas é registrado como "Ativo intangível". O deságio (compra vantajosa) apurado na aquisição é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por **impairment**. Os ágios existentes na Companhia foram apurados de acordo com os critérios definidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil antes da adoção dos pronunciamentos do CPC e representam a diferença positiva entre o valor pago e o montante do acervo líquido da entidade adquirida na época. Conforme descrito na Nota 4.2.1, a Companhia aplicou a isenção relacionada às combinações de negócios anteriores a 1 de janeiro de 2009 e não remensurou esses saldos. Esses ágios não são amortizados desde 1 de janeiro de 2009 e são testados anualmente para verificar prováveis perdas no seu valor recuperável. **(b) Marcas e patentes:** Incluem as marcas registradas e as tecnologias adquiridas de terceiros. São registradas pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação, quando aplicável. As marcas e patentes com vida útil definidas são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens (entre 15 e 20 anos) ou pelo prazo do contrato. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos. **(c) Software e direito de uso:** É registrado pelo custo menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares com vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada (entre 3 e 10 anos) ou pelo prazo do contrato. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de provisão do valor de recuperação sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda referente à provisão do valor de recuperação é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido provisão do valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa provisão na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os ativos que têm vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados pelo menos uma vez ao ano para verificação de possível reconhecimento de provisão do valor de recuperação. Esses são alocados às Unidades de negócios para fins de teste de verificação de provisão do valor de recuperação. **2.9. Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, ao custo. **2.10. Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **2.11. Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e quando aplicável, líquido dos custos da transação incorridos na estruturação da operação. Subseqüentemente, são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. **2.12. Provisões:** Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação com base em estimativa confiável de valor. As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nos respectivos processos em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos externos da Companhia (Nota 16). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa líquida de impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.13. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base de cálculo negativa, despesas contábeis temporariamente não dedutíveis e receitas contábeis temporariamente não tributáveis decorrentes de diferenças entre as bases fiscais e os valores contábeis. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido ("IR e CSL") da Companhia são de 25% e 9%, respectivamente. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. **2.14. Ativos contingentes, obrigações legais e depósitos judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e obrigações legais são efetuados de acordo com o CPC 25 da seguinte forma: (i) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. (ii) Obrigações legais - decorrem de obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. (iii) Depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores. Em tais casos, o depósito no ativo é compensado no passivo relacionado. **2.15. Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas com vendas representam o valor justo do valor recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são apresentadas líquidas de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções, abatimentos e descontos e após eliminação de vendas dentro do grupo. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes de vendas são incluídos no custo das vendas. As vendas da Companhia são, em sua maioria, para clientes industriais e, em menor volume, para revendedores. As entregas são feitas por caminhão ou tubovia e o seu reconhecimento ocorre quando os riscos e os benefícios substancialmente inerentes aos produtos são transferidos ao comprador. Com base na experiência da Companhia, não são estimadas e provisionadas devoluções de vendas ou descontos e não há garantias de perda relacionadas ao desempenho dos produtos.

3. Aplicação de Julgamentos e Práticas Contábeis Críticas

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, estão incluídos, a seguir, comentários referentes a cada prática contábil crítica considerada de maior complexidade quando da preparação das demonstrações financeiras: **3.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo, descrito no CPC 32 para contabilização do imposto de renda e contribuição social, é usado para imposto de renda e contribuição social diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Estas projeções consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os impostos diferidos passivos da mesma entidade pagadora de impostos são levados em conta como uma fonte de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos, com base no tempo de reversão esperada. **3.2. Vida útil de ativos de longa duração:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. **3.3. Contingências:** A Companhia está atualmente envolvida em inúmeros processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota 16. A Companhia provisiona os valores relacionados às contingências em que suas chances de êxito, de acordo com a avaliação de seus assessores externos, são remotas. A Administração da Companhia acredita que suas avaliações, baseada na opinião dos assessores externos, são apropriadas, embora possa diferir dos resultados efetivos, quando apurados. **3.4. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma provisão para reduzi-lo ao seu valor recuperável.

4. Transição para o CPC

4.1. Transição das práticas contábeis: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPC's. A Companhia aplicou os CPC's 37 (R1) e 43 (R1) na preparação destas demonstrações financeiras individuais. A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPC's naquela data. **4.2. Isenções e exceções na transição das práticas contábeis:** A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções e exceções com relação à aplicação retrospectiva, previstas no CPC's 37 (R1) na preparação do balanço de abertura. **4.2.1. Isenções da aplicação retrospectiva:** (i) Combinação de negócios: O CPC 37 (R1) e o IFRS 1 dão a opção de aplicar o CPC 15 e IFRS 3 prospectivamente à data de transição ou à uma data específica anterior à data de transição. Essa opção exclui a obrigação de aplicação retrospectiva para todas as combinações de negócios que ocorreram em data anterior à data de transição. Nessa linha, a Companhia aplicou essa isenção e não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 01 de janeiro de 2009. (ii) As seguintes isenções opcionais previstas nas normas acima mencionadas não se aplicam à Companhia: • As normas referentes a arrendamento mercantil CPC 06 (R1) não foram aplicadas; • As normas relativas a instrumentos financeiros compostos, uma vez que a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição; • As normas relativas a passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Companhia não tem quaisquer passivos deste tipo na data de transição; e • Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01, já que a Companhia não tem contratos firmados sob o escopo destas normas. **4.2.2. Exceções da aplicação retrospectiva:** Estimativas - segundo os CPC's, em 1 de janeiro de 2009, as estimativas eram consistentes com as práticas contábeis adotadas anteriormente pela Companhia. A seguinte exceção de aplicação retrospectiva, remanescentes, não se aplica à Companhia: • Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros. **4.3. Reconciliação entre BR GAAP e CPC's:** O CPC 37 (R1) requer que a Companhia prepare uma reconciliação do patrimônio líquido na data de transição. Requer, também, a reconciliação do patrimônio líquido, da demonstração do resultado do exercício, da demonstração do resultado abrangente e da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2009. As tabelas a seguir apresentam as reconciliações das demonstrações financeiras para o balanço de abertura e demonstrações para 31 de dezembro de 2009.

(a) Conciliação do balanço patrimonial de abertura e das demonstrações financeiras:

• Balanço patrimonial de abertura:

	Controladora				01 de janeiro de 2009 Consolidado				
	Nota (4.4)	BR GAAP	Reclassificações BR GAAP (4.5)	Ajustes de GAAP	Ajustado aos CPC's	BR GAAP	Reclassificações BR GAAP (4.5)	Ajustes de GAAP	Ajustado aos CPC's
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		6.917			6.917	744.865			744.865
Ativos financeiros mantidos para negociação						83.103			83.103
Contas a receber de clientes	(e.i)	176.511			176.511	553.432		114.848	668.280
Estoques	(a)	24.202			24.202	717.570		29.216	746.786
IR e CSL diferidos	(e.ii)	2.417		(2.417)		15.361		(15.361)	
Tributos a recuperar	(b)	2.681			2.681	212.004		9.225	221.229
Demais contas a receber		32.573			32.573	81.278			81.278
		245.301		(2.417)	242.884	2.407.613		137.928	2.545.541
Não circulante									
Tributos a recuperar	(b)	2.746			2.746	451.067		46.195	497.262
IR e CSL diferidos	(e.ii) e (f)			2.470	2.470	266.814		139.855	406.669
Depósitos judiciais	(e.iii)	114			114	2.719		14.681	17.400
Estoques	(a)					19.831		(19.831)	
Demais contas a receber		4.737			4.737	48.319			48.319
Investimentos	(a), (b), (c) e (d)	2.544.499		(132.105)	2.412.394	2.072			2.072
Imobilizado		135.898			135.898	6.038.285			6.038.285
Intangível		483.808			483.808	951.350			951.350
Diferido	(c)	156		(156)		375.544		(375.544)	
		3.171.958		(129.791)	3.042.167	8.156.001		(194.644)	7.961.357
Total do ativo		3.417.259		(132.208)	3.285.051	10.563.614		(56.716)	10.506.898
Passivo e Patrimônio Líquido									
Circulante									
Fornecedores		3.216	(1.832)		1.384	174.889	(26.122)		148.767
Financiamentos	(e.i)	81.927			81.927	1.394.828		114.848	1.509.676
Demais contas a pagar		184.322	1.832		186.154	404.392	26.122		430.514
		269.465			269.465	1.974.109		114.848	2.088.957
Não circulante									
Financiamentos		1.547.724			1.547.724	6.517.019			6.517.019
IR e CSL diferidos	(f)			40.532	40.532	6.873		45.320	52.193
Receitas Diferidas	(d)	119.211		(119.211)		133.847		(133.292)	555
Provisões para contingências	(e.iii)					21.791		14.681	36.472
Demais contas a pagar						88.736			88.736
		1.666.935		(78.679)	1.588.256	6.768.266		(73.291)	6.694.975
Total atribuível ao acionista da Companhia		1.480.859		(53.529)	1.427.330	1.480.859		(53.529)	1.427.330
Participação dos acionistas não controladores						340.380		(44.744)	295.636
Total do patrimônio líquido		1.480.859		(53.529)	1.427.330	1.821.239		(98.273)	1.722.966
Total do passivo e patrimônio líquido		3.417.259		(132.208)	3.285.051	10.563.614		(56.716)	10.506.898

	Controladora				31 de dezembro de 2009 Consolidado				
	Nota (4.4)	BR GAAP	Reclassificações BR GAAP (4.5)	Ajustes de GAAP	Ajustado aos CPC's	BR GAAP	Reclassificações BR GAAP (4.5)	Ajustes de GAAP	Ajustado aos CPC's
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		14.967			14.967	608.183			608.183
Ativos financeiros mantidos para negociação						64.558			64.558
Contas a receber de clientes	(e.i)	4.492			4.492	427.615		123.927	551.542
Estoques	(a)	28.055			28.055	514.441		33.893	548.334
IR e CSL diferidos	(e.ii)	3.281		(3.281)		35.873		(35.873)	
Tributos a recuperar	(b)	11.718		39	11.757	273.378		7.258	280.636
Demais contas a receber		53.529			53.529	109.120			109.120
		116.042		(3.242)	112.800	2.033.168		129.205	2.162.373
Não circulante									
Tributos a recuperar	(b)	2.022		164	2.186	469.837		25.493	495.330
IR e CSL diferidos	(e.ii) e (f)			3.338	3.338	225.440		140.977	366.417
Depósitos judiciais	(e.iii)	62			62	9.099		7.253	16.352
Estoques	(a)					26.994		(26.994)	
Demais contas a receber						35.603			35.603
Investimentos	(a), (b), (c) e (d)	2.720.191		(143.042)	2.577.149	2.071			2.071
Imobilizado		139.931		(371)	139.560	6.053.748		(40.290)	6.013.458
Intangível		255.993			255.993	664.498			664.498
Diferido	(c)					315.860		(315.860)	
		3.118.199		(139.744)	2.978.455	7.803.150		(209.421)	7.593.729
Total do ativo		3.234.241		(142.986)	3.091.255	9.836.318		(80.216)	9.756.102
Passivo e Patrimônio Líquido									
Circulante									
Fornecedores		3.733	(3.402)		331	151.339	(57.734)		93.605
Financiamentos	(e.i)	108.111			108.111	1.599.525		123.927	1.723.452
Tributos a recolher		973			973	103.885		(1.088)	102.797
Demais contas a pagar		174.951	3.402		178.353	365.546	57.734		423.280
		287.768			287.768	2.220.295		122.839	2.343.134
Não circulante									
Financiamentos		1.561.301			1.561.301	5.771.399			5.771.399
Tributos a recolher						70.891		(11.359)	59.532
IR e CSL diferidos	(f)			40.532	40.532	10.396		47.278	57.674
Receitas Diferidas	(d)	119.211		(119.211)		133.292		(133.292)	
Provisões para contingências	(e.iii)	643		167	810	18.560		7.253	25.813
Demais contas a pagar						1.140			1.140
		1.681.155		(78.512)	1.602.643	6.005.678		(90.120)	5.915.558
Total atribuível ao acionista da Companhia		1.265.318		(64.474)	1.200.844	1.265.318		(64.474)	1.200.844
Participação dos acionistas não controladores									

QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 09.017.802/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício

• Patrimônio líquido do balanço de abertura

	Nota (4.4)	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
		Controladora	Consolidado	Companhia	Controladora	Consolidado	Companhia
Patrimônio líquido BR GAAP		1.480.859	1.821.239	1.480.859	340.380	1.480.859	340.380
Reversão ajuste a valor presente sobre impostos	(b)	41.565	55.420	41.565	13.855	13.855	13.855
Reversão de saldos de deságio	(d)	133.196	133.292	133.196	96	96	96
Reversão provisão para perdas nos estoques	(a)	9.317	9.385	9.317	(88.951)	(88.951)	(88.951)
Reversão do saldo do ativo diferido	(c)	(286.593)	(375.544)	(286.593)	30.188	30.188	30.188
Imposto de renda diferido sobre os ajustes de prática	(f)	48.986	79.174	48.986	30.188	30.188	30.188
Patrimônio líquido ajustado aos CPC's		1.427.330	1.722.966	1.427.330	295.636	295.636	295.636

• Patrimônio líquido e prejuízo do exercício

	Nota (4.4)	31 de dezembro de 2009			Prejuízo do exercício		
		Controladora	Consolidado	Companhia	Controladora	Consolidado	Companhia
Conforme BR GAAP		1.265.318	1.610.345	1.265.318	(229.151)	(217.864)	(229.151)
Reversão ajuste a valor presente sobre impostos	(b)	935	3.991	935	(40.630)	(51.429)	(40.630)
Reversão de saldos de deságio	(d)	133.196	133.292	133.196	96	96	96
Reversão provisão para perdas nos estoques	(a)	7.688	7.739	7.688	51	(1.629)	(1.629)
Reversão do saldo do ativo diferido	(c)	(255.283)	(331.909)	(255.283)	31.310	43.635	31.310
Imposto de renda diferido sobre os ajustes de prática	(f)	48.990	73.952	48.990	4	(5.222)	4
Ajustado aos CPC's		1.200.844	1.497.410	1.200.844	(240.096)	(232.526)	(240.096)

(c) Reconciliação dos fluxos de caixa

	Nota (4.4)	31 de dezembro de 2009			Prejuízo do exercício		
		Controladora	Consolidado	Companhia	Controladora	Consolidado	Companhia
BR GAAP		162.574	162.574	162.574	6.686	(155.888)	6.686
Ajustes aos CPC's		594.932	594.932	594.932	(59.313)	535.619	(59.313)
Ajustado aos CPC's		(482.249)	(482.249)	(482.249)	3.629	(478.620)	3.629
Prejuízo antes do IR e CSL conforme divulgado		(49.891)	(49.891)	(49.891)	(98.889)	(98.889)	(98.889)
Ajustes para reconciliação do lucro líquido		(295.618)	(295.618)	(295.618)	39.919	(255.699)	39.919
Varição dos ativos e passivos		208.827	208.827	208.827	9.079	217.906	9.079
Varição líquida de caixa		(136.682)	(136.682)	(136.682)	(136.682)	(136.682)	(136.682)
Caixa no início do exercício		744.865	744.865	744.865	744.865	744.865	744.865
Caixa no final do exercício		608.183	608.183	608.183	608.183	608.183	608.183
Varição líquida de caixa		(136.682)	(136.682)	(136.682)	(136.682)	(136.682)	(136.682)

4.4. Notas da reconciliação entre BR GAAP e CPC's: Para cumprimento das novas práticas contábeis brasileiras e convergência ao CPC, a Companhia procedeu os seguintes ajustes contábeis: **a) Reversão do saldo de provisão para perdas pelo giro lento dos estoques:** A Companhia reverteu os saldos de provisão para perdas pelo giro lento dos estoques com o objetivo de adequar-se às práticas contábeis de sua controladora Braskem, uma vez que não é prática a constituição de provisão para perdas sobre os saldos de estoques de produtos acabados por giro lento tendo em vista o histórico de sua efetiva realização. Os efeitos dessa reversão foram refletidos nas seguintes rubricas:

	01/01/2009		31/12/2009	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo				
Circulante				
Estoque		7.826		5.340
Não circulante				
IR e CSL diferidos		(3.191)		(2.345)
Estoque		1.559		1.559
Investimentos	6.149	6.149	4.520	4.520
Total	6.149	6.194	4.520	4.554
Passivo				
Patrimônio líquido				
Lucros acumulados	6.149	6.149	6.149	6.149
Resultado do exercício			(1.629)	(1.629)
Atribuído aos acionistas não controladores		45		34
Total	6.149	6.194	4.520	4.554
Resultado do exercício				
Resultado de participações societárias			(1.629)	(1.629)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				(2.486)
IR e CSL - diferidos				846
Atribuído aos acionistas não controladores				11
Total			(1.629)	(1.629)

b) Reversão do ajuste a valor presente sobre impostos: A Companhia reverteu os saldos de ajuste a valor presente sobre impostos sendo seus efeitos refletidos nas seguintes rubricas:

	01/01/2009		31/12/2009	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo				
Circulante				
Tributos a recuperar	9.225	9.225	39	7.258
Não circulante				
Tributos a recuperar	46.195	46.195	164	25.493
Investimentos	41.565	41.565	1.103	(40.290)
Imobilizado			(371)	(7.539)
Total	41.565	55.420	935	(7.539)
Passivo				
Circulante				
Tributos a recolher				(1.088)
Não circulante				
IR e CSL diferidos			(57)	1.901
Tributos a recolher				(11.359)
Patrimônio líquido				
Lucros acumulados	41.565	41.565	41.565	41.565
Resultado do exercício			(40.573)	(40.573)
Atribuído aos acionistas não controladores		13.855		2.015
Total	41.565	55.420	935	(7.539)
Resultado do exercício				
Custo dos produtos vendidos				74
Resultado de participações societárias			(40.462)	(40.462)
Resultado financeiro			(168)	(50.586)
IR e CSL - diferidos			57	(1.901)
Atribuído aos acionistas não controladores			11.840	11.840
Total			(40.573)	(40.573)

c) Reversão do saldo do ativo diferido: A Companhia reverteu os saldos de ativos diferidos sendo seus efeitos refletidos nas seguintes rubricas:

	01/01/2009		31/12/2009	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo				
Não circulante				
IR e CSL diferidos	53	127.685		107.392
Investimentos	(189.049)	(189.049)	(157.895)	(157.895)
Diferido	(156)	(375.544)		(315.860)
Total	(189.152)	(247.859)	(157.895)	(208.468)
Passivo				
Patrimônio líquido				
Prejuízos acumulados	(189.152)	(189.152)	(189.152)	(189.152)
Resultado do exercício			31.257	31.257
Atribuído aos acionistas não controladores		(58.707)		(50.573)
Total	(189.152)	(247.859)	(157.895)	(208.468)
Resultado do exercício				
Custo dos produtos vendidos			156	51.099
Resultado de participações societárias			31.154	31.154
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				8.585
IR e CSL - diferidos			(53)	(20.293)
Atribuído aos acionistas não controladores				(8.134)
Total			31.257	31.257

d) Reversão do saldo de deságios: A Companhia reverteu os saldos de deságios originados das aquisições das empresas Koppol Films S.A. e Polipropileno S.A. sendo seus efeitos refletidos nas seguintes rubricas:

	01/01/2009		31/12/2009	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo				
Não circulante				
Investimentos	9.230	9.230	9.230	9.230
Total	9.230	9.230	9.230	9.230
Passivo				
Não circulante				
IR e CSL diferidos	40.532	45.320	40.532	45.320
Receitas diferidas	(119.211)	(133.292)	(119.211)	(133.292)
Patrimônio líquido				
Lucros acumulados	87.909	87.909	87.909	87.909
Atribuído aos acionistas não controladores		63		63
Total	9.230	9.230	9.230	9.230

e) Reclassificações: As reclassificações a seguir foram efetuadas nas demonstrações financeiras da Companhia com o objetivo de adequá-las aos requerimentos dos pronunciamentos emitidos pelos CPC's: (i) O CPC 39 determina que ativos e passivos financeiros só possam ser compensados quando legalmente ou contratualmente permitido. Desta forma, o saldo de duplicatas descontadas, que era registrado como conta redutora do grupo de contas a receber de clientes, foi reclassificado para a linha de financiamentos, no montante de R\$ 114.848 (consolidado) e R\$ 123.927 (consolidado), em 1 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, respectivamente. (ii) O saldo de IR e CSL diferidos, que era apresentado no ativo circulante, em 31 de dezembro de 2009 e em 1 de janeiro de 2009, foi classificado para o não circulante nos montantes de: R\$ 3.281 (controladora) e R\$ 35.873 (consolidado) em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 2.417 (controladora) e R\$ 15.361 (consolidado) em 1 de janeiro de 2009. (iii) O CPC 26 determina que ativos e passivos não devem ser compensados, pois a compensação pode comprometer a leitura das demonstrações financeiras e a avaliação dos futuros fluxos de caixa da Companhia. Dessa forma, os saldos de depósitos judiciais, que eram compensados com suas respectivas provisões foram reclassificados para a linha própria no ativo não circulante nos montantes de R\$ 14.681 (consolidado) em 1 de janeiro de 2009 e R\$ 167 (controladora) e R\$ 7.253 (consolidado) em 31 de dezembro de 2009. **f) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os ajustes oriundos das mudanças das práticas contábeis para adoção das CPC's às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Estão demonstrados a seguir o imposto de renda e contribuição social diferidos com impacto no ativo, passivo e resultado:

	Nota (4.4)	01 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009				
		Valor Ajuste	IR diferido Ativo	Passivo	Valor Ajuste	Impacto resultado	IR e CSL diferidos Ativo	Passivo	Resultado
Ajustes com efeito de IR e CSL Diferidos:									
Reversão de saldos de deságio	(d)	133.292		45.320	133.292			45.320	
Reversão provisão para perdas nos estoques	(a)	9.385	(3.191)		6.899	(2.486)	(2.345)		846
Reversão de saldo de ativo diferido	(c)	375.544	127.685		315.860	59.684	107.392		(20.293)
Reversão ajuste a valor presente sobre impostos					6.855	6.855		(2.331)	2.331
Constituição ajuste a valor presente sobre impostos passivos					12.447	12.447		4.232	(4.232)
Reclassificação IR diferido passivo para ativo							57	57	
IR e CSL diferidos sobre os ajustes acima - Consolidado		124.494	45.320				105.104	47.278	(21.348)
Ajustes com efeito de IR e CSL Diferidos das controladas									
Reversão de saldos de deságio	(d)			4.788				4.788	
Reversão provisão para perdas nos estoques	(a)		(3.191)			(2.486)	(2.345)		846
Reversão de saldo de ativo diferido	(c)		127.632			59.528	107.392		(20.240)
Constituição ajuste a valor presente sobre impostos passivos						12.447		4.232	(4.232)
Reversão ajuste a valor presente sobre impostos						6.687		(2.274)	2.274
Total		124.441	4.788			105.047	6.746	(21.352)	

IR e CSL diferidos sobre os ajustes acima - Controladora

	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Contas correntes bancárias	17.600	726	1.827	17.835	56.283	46.309
Ativos financeiros mantidos para negociação	5.497	14.241	5.090	5.497	551.900	698.556
Total	23.097	14.967	6.917	23.332	608.183	744.865

Os ativos financeiros mantidos para negociação correspondem substancialmente a investimentos remunerados pela variação dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDIs), que apresentam a taxa média de remuneração de aproximadamente 100,92% do CDI (100,84% em 31 de dezembro de 2009 e 101,41% em 1 de janeiro de 2009), e que possuem vencimento de 90 dias ou menos contados a partir da data de contratação do investimento.

6 Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários correspondem a investimentos da controlada Riopol e estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Certificados de Depósitos Bancários - CDB			2.001	32.620
Money Market Funds (*)			28.311	50.483
Debêntures compromissadas			34.246	
Total			64.558	83.103

(*) Indexados ao dólar norte-americano

Em 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 esses montantes estavam vinculados aos empréstimos com as instituições US Ex-Im Bank e Sace, que foram integralmente liquidados em 2010.

7 Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Clientes				
Mercado interno	108.422	4.492	176.511	108.422
Mercado externo	64.509		64.509	163.882
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.740)		(3.740)	(15.787)
Total	169.191	4.492	176.511	169.191
No ativo circulante	169.191</			

QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 09.017.802/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Passivo						
Débitos sobre diferenças temporárias:						
Ágio realizado	2.612			2.612		
AVP de fornecedores	5			5		
CPC 08	1.619			1.619		
Baixa deságio		40.532	40.532		40.532	45.320
Outros (não circulan. + IPC 90)	4.874			4.874	17.396	6.873
	9.110	40.532	40.532	9.110	57.674	52.193
	9.110	40.532	40.532	9.110	57.674	52.193

Parcela não circulante (passivo)

A administração da Companhia tomando por base projeções de resultados futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social dos exercícios anteriores, que não expiram, mas cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação de tais projeções. Conseqüentemente, essas estimativas poderão não se concretizar no futuro e, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Com base em tais projeções, a administração da Companhia fez de suas controladas estima a realização dos créditos tributários nos seguintes exercícios:

Ano de realização	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
2009			2.417			15.361
2010		(37.194)	(40.479)		(7.603)	27.301
2011	52.207			52.207	58.129	54.990
2012	26.536			26.536	64.227	92.253
2013	29.012			29.012	69.764	55.812
2014	30.123			30.123	116.202	67.325
A partir de 2015	30.737			30.737	8.024	41.734
Total	168.615	(37.194)	(38.062)	168.615	308.743	354.476

b) Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(729.100)	(240.964)	(848.992)	(155.888)
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	247.894	81.928	288.657	53.002
Juros sobre o capital próprio pagos				7.125
Resultado da equivalência patrimonial	(227.678)		71.882	
Crédito tributário não constituído no período sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social		(65.297)	(282.511)	(41.114)
Ágio amortizado		1.863	(1.285)	1.863
Perda no valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)			(85.937)	(99.773)
Movimentação da Parte B do LALUR sem constituição de IR/CSL diferidos				35.861
Efeitos dos parcelamentos de tributos				5.314
RTT (nota 9 c)				5.924
Outras adições (exclusões) permanentes	(679)	(423)	(124.709)	(10.142)
Estorno das adições temporárias das incorporadas	74.737		74.737	
Despesa de IRPJ e CSLL correntes e diferidos no resultado	96.137	868	5.136	(76.638)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	96.137	868	5.136	(490)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	96.137	868	5.136	(42.610)
	96.137	868	5.136	(76.638)

(c) Regime Tributário de Transição: O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). Esta adoção passa a ser obrigatória a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou-se das prerrogativas definidas no RTT.

11 Investimentos

A composição do saldo em investimentos é a seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Common	5.713					
Quattor Petroquímica (i)		861.238	691.721			
Quattor Química (ii)		930.959	308.315			
Quattor Químicos Básicos			616.810			
Riopol (i)		749.370	733.923			
Ágio decorrente de mais valia de ativos em participações minoritárias em controladas		35.582	61.625			
Outros investimentos	2.673			2.673	2.071	2.072
	8.386	2.577.149	2.412.394	2.673	2.071	2.072

Informações sobre os investimentos:

	Controladora					
	Participação no capital total (%)		Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Patrimônio líquido	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Controladas						
Common	100,00		(284)		5.713	
Quattor Petroquímica (Nota 1)		99,32		168.873		849.275
Quattor Química (Nota 1.a)		100,00		(27.086)		1.108.989
Riopol (Nota 1)		65,98		25.473		1.162.276
Total das controladas						
		7,569			(1,856)	5,713
		7,569			(1,856)	5,713

A movimentação dos investimentos nas controladas encontra-se demonstrada a seguir:

	Saldo em 2009	Incorporação/ aquisição de ações e cisão	Equivalência patrimonial	Ajustes de CPC's	Redução de capital	Outros	Saldo em 2010
Controladas no país							
Quattor Petroquímica (i)	861.238		(163.600)	(7.080)	(690.558)		
Quattor Química (ii)	930.959	(986.245)	60.029	(4.743)			
Riopol (i)	749.370		(566.070)	145.423	(328.723)		
	2.541.567	(986.245)	(669.641)	133.600	(1.019.281)		
Controladas no exterior							
Common		7.569				(1.856)	5.713
		7.569				(1.856)	5.713
Total das controladas	2.541.567	(978.676)	(669.641)	133.600	(1.019.281)	(1.856)	5.713

Em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2010, a Companhia e suas controladas (Nota 1) avaliaram a redução do valor contábil dos ágios, ativos imobilizados, intangíveis, com a emissão de premissas estabelecidas no APLIC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos". Em função da incorporada Quattor Química ter apurado necessidade de constituição de provisão para perda do valor recuperável de seus ativos, no exercício de 2009 (Nota 12), a Companhia constituiu provisão para perda no valor integral do ágio sobre mais valia dos ativos desta incorporada, no montante de R\$ 22.265 (Nota 2.1).

(i) Investimentos transferidos para a Controlada Braskem, mediante redução de capital em 29 de junho de 2010 (Nota 1).

(ii) Controlada incorporada pela Companhia em 1º de setembro de 2010 (Nota 1). Os "Ajustes de CPC's" inclui o montante de R\$ 78.679 referente a reversão do deságio (Nota 4.4 (d)) e R\$ 54.921 referente ao ajuste das movimentações societárias ocorridas em 29 de junho de 2010 (Nota 1), principalmente quanto a redução do capital da Companhia, a qual transferiu para a Controladora Braskem, os investimentos detidos na Riopol e na Quattor Petroquímica, avaliados inicialmente a valor contábil pelas normas contábeis anteriores e posteriormente, ajustadas para refletir os impactos das CPC's.

12 Imobilizado

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Projetos em andamento	Outros	Total	Total	Total
Custo	60.238	351.019	4.853.279	2.367.391	139.662	7.771.589	207.465	
Depreciação acumulada		(88.136)	(1.560.808)		(84.360)	(1.733.304)	(71.567)	
Saldo em 1 de janeiro de 2009	60.238	262.883	3.292.471	2.367.391	55.302	6.038.285	135.898	
Aquisições		608	50.910	209.702	3.568	264.788		
Baixas, líquidas de depreciação		(15)	(127)	(1.738)	(399)	(2.279)	(208)	
Transferências		611	2.148.943	(2.091.131)	(14.930)	43.493	(58)	
Depreciação		(12.933)	(277.736)	(10.197)		(300.866)	(7.545)	
Impairment	(2.217)	(1.919)	(25.827)			(29.963)		
Saldo contábil	58.021	249.235	5.188.634	484.224	33.344	6.013.458	139.560	
Custo	60.238	352.208	7.047.432	484.224	126.084	8.070.186	218.594	
Depreciação acumulada		(101.054)	(1.832.971)		(92.740)	(2.026.765)	(79.034)	
Impairment	(2.217)	(1.919)	(25.827)			(29.963)		
Saldo em 31 de dezembro de 2009	58.021	249.235	5.188.634	484.224	33.344	6.013.458	139.560	
Aquisições		20	64.638	165.932	4.314	234.904	134.383	
Incorporação/aquisição de empresas	53.375	11.094	38.325	163.291	38.266	304.351	3.554.639	
Redução de capital (Nota 1)	(21.935)	(210.203)	(2.259.195)	(24.201)	(12.730)	(2.528.264)		
Reversão ágio mais valia (Nota 1)	(4.637)	(9.316)	(20.409)			(34.362)		
Baixas, líquidas de depreciação			(170.493)	19.534	(63)	(151.022)	(183.185)	
Transferências		2.671	611.389	(611.955)	(4.221)	(2.116)	(16)	
Depreciação		(9.599)	(316.864)		(5.471)	(331.934)	(140.366)	
Saldo contábil	84.824	33.902	3.136.025	196.825	53.439	3.505.015	3.505.015	
Custo	84.824	41.855	3.365.989	196.825	59.477	3.748.970	3.748.970	
Depreciação acumulada		(7.953)	(229.964)		(6.038)	(243.955)	(243.955)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	84.824	33.902	3.136.025	196.825	53.439	3.505.015	3.505.015	
Taxas médias anuais de depreciação/exaustão		6,15%	6,91%		18,84%			

Os projetos em andamento correspondem, principalmente, as melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos e projetos nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente.

Em 31 de março de 2010, a Administração da controlada Riopol, avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizado e intangível utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, conforme premissas estabelecidas no CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos", e decidiu pelo reconhecimento contábil de provisão para perda do valor recuperável destes ativos no montante de R\$ 622.000. A Riopol foi transferida para a Controladora Braskem, mediante a redução do capital da Companhia em 29 de junho de 2010 (Notas 1 e 11).

13 Intangível

	Consolidado			Controladora		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Agio fundamentado em rentabilidade futura						
1.106.049	160.507	117.363	1.383.919	521.504		
(337.026)	(66.152)	(29.391)	(432.569)	(37.696)		
Saldo em 1 de janeiro de 2009	769.023	94.355	87.972	951.550	483.808	
Aquisições	2.783		21.228	24.011	3.154	
Baixas			(367)	(367)	(367)	
Transferências			(34.896)	(34.896)	58	
Amortização		(7.908)	(4.203)	(12.111)	(167)	
Provisão ao valor recuperável	(263.489)		(263.489)	(230.493)		
Saldo contábil	508.317	86.447	69.734	664.498	255.993	
Custo	845.343	160.507	103.328	1.109.178	293.856	
Amortização acumulada	(337.026)	(74.060)	(33.594)	(444.680)	(37.863)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	508.317	86.447	69.734	664.498	255.993	
Aquisições		15	16.947	16.962	513	
Incorporação / aquisição de empresas					2.032	
Redução de capital (Nota 1)	(508.317)	(83.176)	(81.282)	(672.775)	(255.500)	
Baixas		(19)	(41)	(60)	(60)	
Transferências		1	(624)	(623)	33	
Amortização		(3.252)	(2.302)	(5.554)	(563)	
Saldo contábil		16	2.432	2.448	2.448	
Custo		16	4.134	4.150	4.150	
Amortização acumulada			(1.702)	(1.702)	(1.702)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010		16	2.432	2.448	2.448	
Taxas médias anuais de amortização		10,49%	26,13%			

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil do ativo intangível conforme premissas estabelecidas no CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos". Como resultado dessa análise, a controlada Quattor Química registrou provisão para perda do ágio de R\$ 32.996, proveniente da incorporação da controlada Polietilenos União S.A., ocorrida em anos anteriores. Adicionalmente, a mesma controlada registrou provisão para perda ao valor recuperável dos ativos imobilizados, como consequência, a Companhia constituiu provisão para perda no valor total do saldo do ágio originado na aquisição da controlada Quattor Química, no montante de R\$ 230.493. A Quattor Química, conforme mencionada na Nota 1, foi incorporada pela Companhia em 1º de setembro de 2010.

14 Financiamentos

Moeda Em reais	Taxa anual de juros - %	Controladora		
		2010	2009	01/01/2009
CDI	105,19 do CDI	162.943		
CDI	114,29 do CDI		1.518.555	1.544.076
TJLP	TJLP + 3,05	715.227		
TJLP	TJLP + 2,43		37.405	38.807
FIXA	14,66		5.642	41.006
		878.170	1.5	

QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 09.017.802/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Instrumentos Financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros usuais a seguir descritos. Os valores justos de mercado estimados para os ativos, passivos e instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são similares àqueles consignados nas demonstrações financeiras. **(a) Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia segue as políticas financeiras estabelecidas pela sua controladora Braskem S.A., cujo foco principal está na identificação, medição e redução eficiente do risco seja ele financeiro, seja operacional. A diretoria financeira segue estritamente os limites pré-estabelecidos, como, por exemplo, **rating** mínimo de banco para aplicações financeiras. Em relação a derivativos, nenhuma transação é realizada com fins especulativos. Somente compromissos firmes, como repagamento de empréstimos e pagamentos de juros por acordo de empréstimos, para qual o tamanho da exposição à moeda estrangeira é certo, são considerados para ações de **hedging**. Vale destacar, no entanto, que, por força contratual dos financiadores externos, a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de **swap**. **(b) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(c) Risco de mercado: (i) Risco de crédito: Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia efetua avaliação individual de seus clientes, para determinação de limite de crédito, tendo em vista que não é prática da indústria o recebimento antecipado, nem garantias, exceção feita às exportações, para as quais há carta de crédito. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7). **(ii) Risco de taxa de câmbio:** A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano.

19 Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de manter adequada cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, com base em orientações de seus consultores de seguros. As principais coberturas de seguros envolvem riscos de incêndio, riscos operacionais e responsabilidade civil.

20 Avais e Fianças

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não haviam garantias significativas assumidas pela controladora em relação às obrigações de suas controladas.

21 Partes Relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas estão divulgados a seguir:

	Controladora				
	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesas) financeiras	Vendas (compras)
Braskem Europe B V	9.287				10.884
Braskem Incorporated Limited	83				
Braskem Petroquímica S.A.	4.982				4.924
Braskem	15.841	4.545	817.976	(206.314)	23.457
Braskem Argentina					1.139
Braskem Cayman					86
Cetrel S.A.		30			(158)
Common	382				
IQ Soluções & Química S.A.	1.418	7			
Norfolk Trading			6.227		
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	41.948	35.642			591.636
Petrobras - Distribuidora					5
Quattor Petroquímica	67.450	3.929			194.524
Quattor Química					(591.222)
Riopol	81.177	8.165			19.779
Unipar Comercial e Distribuidora S.A.	408				23.165
Em 31 de dezembro de 2010	222.976	52.318	824.203	(206.314)	278.219
Em 31 de dezembro de 2009	48.028	172.478			(452.373)

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Consolidado	
	Contas a receber	Contas a receber	Fornecedores	AFAC	Receitas (despesas) financeiras	Receitas (compras)
Braskem Europe B V	9.287					10.884
Braskem Incorporated Limited	83					
Braskem Petroquímica S.A.	4.982					4.924
Braskem	15.841		4.545	817.976	(206.314)	(143.250)
Braskem Argentina						1.139
Braskem Cayman						86
Cetrel S.A.			30			(158)
IQ Soluções & Química S.A.	1.418					
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	41.948		35.642			591.636
Petrobras - Distribuidora						5
Quattor Petroquímica	67.450		3.929			50.229
Quattor Química						(591.222)
Riopol	81.177		8.165			2.049
Unipar Comercial e Distribuidora S.A.	408					23.165
Em 31 de dezembro de 2010	222.594		52.318	817.976	(206.314)	(50.513)
Em 31 de dezembro de 2009	50.457	23.901	288.500			(3.899.108)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores, além do presidente e vice-presidentes. A remuneração paga a esses membros, no exercício de 2010, totalizou R\$ 5.145 e R\$ 10.306 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$ 2.350 e R\$ 12.232 em 2009).

22 Receita Bruta de Vendas

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	2.399.625	603.271	6.384.548	6.029.999
Mercado externo	116.457		449.532	809.025
	2.516.082	603.271	6.834.080	6.839.024
Deduções de vendas				
Impostos e contribuições sobre vendas	(778.893)	(178.257)	(2.115.572)	(2.116.676)
Receita líquida de vendas	1.737.189	425.014	4.718.508	4.722.348

23 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(117.269)	(183.271)	(361.324)	(605.797)
Outras despesas	(155.664)	(16.041)	(270.602)	(39.253)
Variação cambial passiva	35.488	(167)	(57.749)	(135.262)
Variação monetária passiva	(44.270)		(37.293)	(18.976)
	(281.715)	(199.479)	(726.968)	(799.288)
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	629	4.090	27.658	72.349
Outras receitas	(2.094)	801	17.027	11.566
Variação cambial ativa	(6.607)	1.820	20.111	489.513
Variação monetária ativa	50		9.894	145.499
	(8.022)	6.711	74.690	718.927
Total	(289.737)	(192.768)	(652.278)	(80.361)

24 Plano de Pensão

A partir de outubro de 2009, a Companhia e suas controladas deixaram de patrocinar os planos de previdência privada complementar para seus empregados nas modalidades de contribuição definida e benefício definido e passaram a patrocinar um único plano de previdência privada complementar intitulado Quattor Prev., constituído sob a forma de contribuição definida, que tem como gestor a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Nos termos dos regulamentos dos antigos planos e da Quattor Prev., as contribuições realizadas pela Companhia, no exercício de 2010, totalizaram R\$ 3.394 (R\$ 5.092 em 2009).

25 Compromissos

A Companhia compra matéria-prima da Petrobras mediante contratos com volume mínimo anual de compra de 1.700 mil toneladas de nafta, equivalente a R\$ 1.991.533 e 5.400.000 m³ de HLR (Hidrocarbonetos leves de refinaria) (não auditado). O contrato de fornecimento de nafta tem vigência até 28 de fevereiro de 2014 e o de HLR até 14 de janeiro de 2020, podendo ser renovados por mais cinco anos. Se a Companhia não adquirir o volume mínimo, deverá pagar 10% do preço atual daquela quantidade de produtos não comprada. Durante o ano de 2010, a Companhia adquiriu matéria-prima em volume superior ao mínimo contratado, não havendo, portanto, obrigação adicional reconhecida na data de suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia mantém contratos de compra de energia elétrica para consumo em suas instalações industriais localizadas no Estado de São Paulo. O compromisso anual mínimo estabelecido nesses contratos, cujo prazo é de até seis anos, monta aproximadamente R\$ 69.660. Da mesma forma, em 2010, foram cumpridos os volumes mínimos contratuais, não havendo obrigação adicional a ser reconhecida.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Quattor Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Quattor Participações S.A.** ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da **Quattor Participações S.A.** e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a

avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Quattor Participações S.A.** e da **Quattor Participações S.A.** e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 19 de abril de 2011


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Felipe Edmond Ayoub
Contador
CRC 1SP187402/O-4 "S" RJ